

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Drª Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-039-8
DOI 10.22533/at.ed.398210405

1. Marketing. 2. Sociedade. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Estudos Organizacionais: Sociedade e Marketing e Cadeias Produtivas” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e dois capítulos que abordam diferentes temas no âmbito dos estudos organizacionais.

O debate acadêmico sobre sociedade e marketing, cadeias produtivas e demais fenômenos organizacionais contribui para o avanço e consolidação da ciência da administração, ampliando o conhecimento científico nessa área. Do ponto de vista gerencial, esse debate pode servir de arcabouço para o delineamento de estratégias de gestão e para o processo de tomada de decisões, além de proporcionar aos diversos *stakeholders* uma ampla visão sobre a dinâmica organizacional.

Nesse contexto, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta e diversificada, que explora os fenômenos organizacionais em sua complexidade por meio de uma coletânea de estudos desenvolvidos em diversos contextos de pesquisa. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito dos estudos organizacionais. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENTRE O PODER E O VESTIR: A RELAÇÃO ENTRE EMPODERAMENTO E CONSUMO DE <i>SLOW FASHION</i>	
Érica Maria Calíope Sobreira	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Cláudia Buhamra Abreu Romero	
DOI 10.22533/at.ed.3982104051	
CAPÍTULO 2	16
A METÁFORA CONTEXTUAL VISUAL COMO RECURSO SEMIÓTICO DA MARCA NA PROJEÇÃO DE VALORES	
Carmina Silvestre	
Gorete Marques	
DOI 10.22533/at.ed.3982104052	
CAPÍTULO 3	30
INSPIRE: METODOLOGIA PARA GESTÃO DE MARCAS A PARTIR DO SEU DNA CORPORATIVO	
Gustavo Hansel	
Jaime Andres Gomez Quezada	
DOI 10.22533/at.ed.3982104053	
CAPÍTULO 4	44
A INVISIBILIDADE DO NEGRO (A) NA MÍDIA E PROPAGANDA BRASILEIRA	
Salvador de Souza Freitas	
Valéria de Fátima Ribeiro Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.3982104054	
CAPÍTULO 5	56
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING PARA UM CONTADOR	
Livia Monteiro de Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.3982104055	
CAPÍTULO 6	74
CONSIDERAÇÕES DE MARKETING E FINANÇAS SOBRE O CICLO DE VIDA DO PRODUTO (CVP)	
Edmir Kuazaqui	
Luis Antonio Volpato	
José Palandi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3982104056	
CAPÍTULO 7	86
ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE PESSOAS NA DISSEMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA - EBTs	
Antonio Geraldo Ferreira da Silva Filho	

Alba Zucco

DOI 10.22533/at.ed.3982104057

CAPÍTULO 8..... 102

LIDERANÇA DO GESTOR NO MONITORAMENTO DO FATURAMENTO NOS SETORES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PROPOSTA DE UM ROTEIRO PARA AUXILIAR O GESTOR

Chennyfer Dobbins Abi Rached

Denise Mathias

DOI 10.22533/at.ed.3982104058

CAPÍTULO 9..... 115

O RETORNO DO INVESTIMENTO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO COM FOCO NO CAPITAL HUMANO

Marta Silva Neves

Mônica Pagno da Silva da Rosa

Patrícia de Sá Freire

DOI 10.22533/at.ed.3982104059

CAPÍTULO 10..... 128

CAPITAL DE GIRO E DESEMPENHO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UM TERMINAL PORTUÁRIO PRIVADO

Rodrigo Munhoz dos Santos

Fernando Rafael Cunha

DOI 10.22533/at.ed.39821040510

CAPÍTULO 11..... 149

PERFIL DA EMPREENDEDORA DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM OLHAR A PARTIR DA REALIDADE DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Yasmin Portugal Makhoul

Jader Cristino de Souza-Silva

Neylla Carolina Pamponet de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39821040511

CAPÍTULO 12..... 176

PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DA UNIOESTE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PARA CAPACITAÇÃO DE EMPREENDEDORES

José Angelo Nicacio

Liliane Dalbello

DOI 10.22533/at.ed.39821040512

CAPÍTULO 13..... 186

AVALIAÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM – EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO DE 2013 A 2019, EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Adna Maria Rodrigues

Maria Auxiliadora de Araújo Santana

DOI 10.22533/at.ed.39821040513

CAPÍTULO 14..... 198

DE ENGENHEIRO A PROFESSOR DE ENGENHARIA: DAS HABILIDADES PROFISSIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM ENSINO PARA A APRENDIZAGEM

Lucília Panisset Travassos

Francisco Antônio Pereira Fialho

Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho

DOI 10.22533/at.ed.39821040514

CAPÍTULO 15..... 210

BUROCRACIA E QUALIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ulisses Medeiros Barbosa Leite

Joaquim Monteiro Reis Pacheco

Elton Gonçalves Veras

Italo Simplicio de Freitas Paiva

DOI 10.22533/at.ed.39821040515

CAPÍTULO 16..... 225

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PARADIGMAS BUROCRÁTICOS

Lara Farah e Lucciola

Bruno Domenegueti Barreira

DOI 10.22533/at.ed.39821040516

CAPÍTULO 17..... 240

EFICIÊNCIA NO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA CELERIDADE

Milton Proença Junior

Sibéli de Fátima Ferraz Simão Proença

Rogério Allon Duenhas

DOI 10.22533/at.ed.39821040517

CAPÍTULO 18..... 253

PANORAMA GERAL DA REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Elaine Aparecida Teixeira

Letícia Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.39821040518

CAPÍTULO 19..... 265

O MODELO *RES QUALITAS* DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO NA JUSTIÇA ELEITORAL QUE INCORPORA A GESTÃO DA QUALIDADE, A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: ESTUDO DE CASO

Luciano Gonzaga Vanderley

DOI 10.22533/at.ed.39821040519

CAPÍTULO 20.....	280
O CAMPO DE ESTUDO SOBRE CLUSTERS NO BRASIL	
Matheus de Mello Barcellos	
Paulo Cassanego Junior	
DOI 10.22533/at.ed.39821040520	
CAPÍTULO 21.....	293
AS ESTATÍSTICAS DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E SUA RELEVÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	
Hillary Mariane Lapas Fujihara	
Karine Daniele Byhain de Souza	
Ronaldo José Seramim	
Elza Hofer	
DOI 10.22533/at.ed.39821040521	
CAPÍTULO 22.....	309
A INFLUÊNCIA DO FUNCIONAMENTO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARÁ	
Victor Cesar da Silva Oliveira	
Lucas Viana Vieira da Silva	
Luana Vanessa da Silva Chaves	
Milena Carvalho dos Santos	
André Luis Sousa da Costa	
Lucas Henrique da Silva e Silva	
Jessica Sueli Pereira da Silva	
João Lucas Sauma Alvares	
Patricia Ferreira Muribeca	
Leticia Maria Viana Negrão	
Murilo Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39821040522	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

CAPÍTULO 16

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PARADIGMAS BUROCRÁTICOS

Data de aceite: 28/04/2021

Data de submissão: 11/02/2021

Lara Farah e Lucciola

Fundação Getúlio Vargas/ São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7512627863955118>

Bruno Domenegueti Barreira

Fundação Getúlio Vargas/ São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1912081860995067>

RESUMO: O presente trabalho teve como proposta a reflexão sobre os limites que o sistema burocrático de políticas públicas brasileiro impõe aos padrões de igualdade educacional. Partindo de uma estratégia quantitativa de pesquisa empregando dados do Ministério da Educação, o artigo em questão buscou evidenciar as relações entre a desigualdade socioeconômica e a desigualdade educacional no Brasil, tendo em perspectiva as contribuições dadas por diferentes paradigmas da administração pública. Os resultados obtidos apontam para a presença de desigualdades educacionais no desempenho dos alunos sobretudo quando comparados o capital cultural, socioeconômico e a zona urbana ou rural em que estudam. Dessa forma, denota-se a necessidade de que as estruturas burocráticas avancem na formulação e implementação de políticas que tomem em consideração as necessidades específicas dos alunos e da comunidade em que estão inseridos, a fim de que sua eficácia seja aperfeiçoada.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas educacionais.

Estrutura burocrática. Desigualdade. Rendimento escolar.

SOCIOECONOMIC INEQUALITY AND EDUCATIONAL INCLUSION: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE BUREAUCRATIC PARADIGMS

ABSTRACT: The present work had as proposal the reflection on the limits that the bureaucratic system of Brazilian public policies imposes on the standards of educational equality. Starting from a quantitative research strategy using data from the Ministry of Education, the article in question sought to highlight the relationship between socioeconomic inequality and educational inequality in Brazil, taking into account the contributions made by different paradigms of public administration. The results obtained point to the presence of educational inequalities in student performance, especially when comparing cultural, socioeconomic capital and the urban or rural area in which they study. Thus, there is a need for bureaucratic structures to advance in the formulation and implementation of policies that take into account the specific needs of students and the community in which they operate, in order to improve their effectiveness.

KEYWORDS: Educational policies. Bureaucratic structure. Inequality. School performance.

1 | INTRODUÇÃO

A burocracia brasileira se desenvolveu e ampliou sua complexidade de forma significativa no último século, profissionalizando-se e segmentando-se de forma intensa,

principalmente em razão da expansão das políticas sociais pós-redemocratização. Diante da crise econômica e política recente, é importante refletir sobre os impactos de tais mudanças no quadro burocrático nacional, assim como sua estrutura, avanços conquistados e lacunas que ainda precisam ser enfrentadas. Weber (1966; 1993), um dos grandes responsáveis pela sistematização da burocracia pública como modelo de organização por meio da construção do tipo ideal de burocratas e lideranças políticas, já abordava a influência da burocracia moderna nos aparatos do Estado e na construção de políticas públicas, sendo importante compreender as relações e possíveis impactos da organização de tais estruturas para a sociedade.

Nesse sentido, ao se analisar as políticas públicas de educação como se procede neste artigo, é importante analisar também o papel progressivamente modificado e profissionalizado do burocrata, o qual ocorreu de forma concomitante ao incremento da complexidade da burocracia e que, por sua vez, passou por um processo maior de especialização, alta profissionalização e aumento de poder.

Buscou-se por meio do presente estudo identificar fatores socioeconômicos e suas relações com o que é denominado pela análise do Ministério da Educação (MEC) como rendimento, que representa as taxas de conclusão, reprovação e abandono dos alunos. Nesse sentido, o objetivo geral da análise em questão é auxiliar na configuração de condições da estrutura burocrática governamental que garantam maior equidade e reduzam a assimetria e desigualdades políticas, sociais e materiais para a educação. Sua importância reside no fato de que as questões problematizadas no estudo – analisadas em profundidade por meio de estimativas quantitativas no *software* Stata – buscaram relacionar a interface do impacto da desigualdade na garantia da efetivação das políticas públicas no país; realizando um recorte em um dos principais sistemas sociais brasileiros, qual seja, o sistema educacional.

Para isso, o presente artigo encontra-se assim dividido: tem-se na Seção 2 uma revisão da literatura referente à burocracia, a fim de apresentar algumas das principais mudanças ocorridas no paradigma burocrático e, dessa forma, evidenciar sua contribuição para a análise dos resultados obtidos; a Seção 3 revela os materiais e métodos empregados para a construção do modelo aqui desenvolvido; a Seção 4, por sua vez, retrata os resultados alcançados e os discute junto às conclusões de outros autores que corroboram a presente análise e confirmam sua relevância para o debate atual; e a Seção 5, por fim, expõe as considerações finais a serem ponderadas, a exemplo das principais contribuições trazidas pelo estudo e oportunidades de avanço em pesquisas futuras.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Os distintos níveis de Burocracia e sua interação com a Classe Política e as Políticas Públicas

2.1.1 *A Estruturação do Aparato Burocrático do Estado*

Weber (1966) foi um dos grandes responsáveis pela sistematização da burocracia pública como modelo de organização, e já abordava a relação entre o aparato da burocracia e o Estado na construção de políticas públicas. Para o autor, a burocracia carregava em sua maturidade o maior expoente da dominação racional-legal; assim, em sua fase final estaria disposta em uma estrutura hierarquizada, com funções pré-estabelecidas e delimitadas, em que os servidores dispunham de notória competência técnica para o desempenho de suas atividades, praticadas sempre em subordinação ao princípio da impessoalidade. Isso posto, o princípio da impessoalidade serviria de base para o cumprimento das normas estabelecidas por contratos que, à luz da racionalidade, pautam o comportamento dos burocratas e conferem legitimidade ao quadro administrativo em mandato.

A partir do paradigma weberiano, contudo, nota-se um distanciamento entre o “dever ser” e a realidade, oriundo da divergência entre o indivíduo racional, impessoal e eficiente do modelo para com o comportamento humano em situações cotidianas. Conforme abordado por Dahl (1947), a administração pública está em constante interação com a política e, ao contrário do que antes se teorizava, o poder não se encontra dividido entre os partidos eleitos e o profissional burocrata estatal, ou entre político e burocrata, entre quem toma a decisão e quem a implementa ou ainda entre quem detém o poder para decidir e quem detém o saber para implementar. A administração pública se organiza hoje de forma híbrida, dividida em diferentes nuances entre políticos e burocratas no Estado contemporâneo, impactando diretamente no desenho e na execução das políticas públicas. Nesse sentido, se a relação do burocrata e do político foi se modificando, cabe considerar que o papel do burocrata também se diversificou e se segmentou, à medida em que a burocracia ganhou complexidade.

A gestão das políticas públicas nas organizações burocráticas estatais em que políticos e burocratas desempenham um papel – quanto ao saber e ao poder – cada vez mais híbrido como implementadores, formuladores e articuladores de políticas públicas também se modificou ao longo dos anos. Nas últimas décadas a linguagem de resultados e a compreensão da relação custo-benefício começaram a ser muito discutidas na administração pública com a emergência da Nova Gestão Pública (NGP) ainda na década de 1980, introduzindo portanto com maior enfoque o controle da burocracia por resultados.

Segundo Barzelay (1992), o modelo da NGP surge a partir da noção de que o paradigma burocrático orientado para os processos já não mais se adapta às novas demandas geradas ao final do século XX, as quais pressionam pela devida entrega de

serviços alinhados aos cidadãos, usuários dos serviços ofertados pelo setor público. Preza-se assim por maior aproximação para com o usuário, priorizando a eficácia – isto é, o impacto do serviço – sobre a eficiência – ou seja, a relação custo-benefício – e valorizando a flexibilidade frente à divisão estrita das funções desempenhadas; o novo paradigma reafirma ainda a priorização do propósito e da utilidade social das atividades frente à repetição de funções e normas abstratas; e, por fim, o foco da *accountability* dos servidores aos usuários, e não mais somente a seus superiores hierárquicos. Assim, pode-se considerar que a crítica de Barzelay (1992) ao tipo ideal weberiano reside na superação do paradigma burocrático mediante a reorientação da burocracia, partindo dos processos em direção aos resultados, juntamente com a incorporação de uma visão do cidadão como usuário ou cliente dos serviços pelo Estado oferecido; dessa maneira, constitui uma responsabilidade dos burocratas prezar tanto pela eficiência quanto pela eficácia da ação pública.

No mesmo sentido, Pollitt e Bouckaert (2012) também sistematizam as mudanças que o Estado burocrático realizou sob o paradigma da NGP nas últimas décadas. Ao abordarem que a NGP teve origem em um contexto de preocupação com o controle dos gastos públicos nas décadas de 1980 e 1990, demonstram que diante desse paradigma de gestão houve esforços significativos em quatro direções, a saber: a manutenção da máquina administrativa; a modernização, realizando as mudanças para a melhoria das estruturas e processos – foi nesse sentido que houve a introdução de novos formatos de gestão de políticas públicas; a mercantilização, em que foram introduzidos mecanismos de mercado no setor público com o objetivo de melhorar os critérios de eficiência e desempenho; e minimização, com o objetivo de reduzir o tamanho do Estado por meio de privatizações e contratação externa, além da terceirização de atividades antes desempenhadas por servidores.

Uma das críticas a essa fase inicial do modelo é que, apesar de focar em resultados, houve poucas avaliações criteriosas que pudessem de fato confirmar o ganho de eficiência pelo controle baseado em resultados. Observou-se certa dificuldade na mensuração, o que teria dificultado saber se o ganho superou o custo. Diante de algumas adversidades e questionamentos do modelo da NGP, começa a surgir um nova visão embasada em um novo modelo, qual seja, o da Governança Pública.

O modelo da Governança Pública estabeleceu um novo enfoque à gestão. Diante da proposta da Nova Gestão Pública, que buscou implementar técnicas de gestão do setor privado sob o discurso de tornar a burocracia mais eficiente, nota-se que a relação com a sociedade, muitas vezes enquadrada como relação com clientes, não conseguiu incluir o cidadão em toda sua complexidade. Nesse novo formato, o cidadão pode assumir papéis e atribuições de configuração de políticas públicas – e não somente controle – junto ao Estado por meio de um espaço ampliado de democracia, para além do momento do voto. Um resultado proposto com esse modelo e com o controle social é a esperada melhoria da democracia representativa convencional, embora seja necessário criar condições

para que os grupos menos organizados não sejam prejudicados diante da capacidade de grupos mais organizados em fazerem o controle e zelarem para que seus direitos sejam representados junto à burocracia (PETERS, 2005).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Estrutura e Inclusão Educacional

3.1.1 Relação entre os fatores socioeconômicos e o rendimento dos alunos de ensino fundamental no Brasil

O foco nos resultados das políticas públicas, na compreensão da relação custo-benefício e das estruturas burocráticas estatais como abordado na seção anterior também se intensificaram nas últimas décadas sob o paradigma da NGP. Posteriormente, uma nova visão, estabelecendo um novo enfoque, buscou aproximar o vínculo das estruturas burocráticas com o cidadão e tornar menos hierárquico o acesso aos diversos atores da formulação e implementação das políticas públicas, buscando estabelecer um governo mais participativo, como configurado pela governança pública.

Crucial para o avanço nos padrões de escolaridade no Brasil, o ensino fundamental, utilizado como recorte empírico para análise da política educacional nesse trabalho, atravessou ao longo de sua história diversos obstáculos e conquistas que lograram consolidar a democratização do sistema público de ensino via ampliação da demanda pelo maior acesso e utilização de tais serviços oferecidos pelo Estado. Sob uma perspectiva histórica, Oliveira (2007) busca elucidar os principais motores e desdobramentos das mudanças sofridas pela educação brasileira; para o autor, duas linhas de ação resumem os impasses vivenciados no país, a saber: opções de política econômica e constrangimentos inerentes ao próprio sistema educacional, densamente interligados ao capital social dos estudantes.

Nesse sentido, a problemática inicial superada – graças a mudanças na política educacional, ainda em meados do século XX – de insuficiência na oferta de vagas para a etapa fundamental transformou-se em um impasse de baixos índices de aproveitamento refletidos em elevados níveis de reprovação e abandono dos estudos; denota-se assim a migração do principal desafio a ser enfrentado para o interior do âmbito escolar. A fim de combater a “pedagogia da repetência”, passa-se então à adoção de uma política que incentive fortemente a aprovação dos alunos – com possibilidade de reprovação apenas em fases finais de ciclos –, a qual termina por promover grandes elevações no contingente de alunos entre os anos 1980 e 2000; com os mencionados estímulos à conclusão do ensino fundamental, percebe-se uma elevação da demanda por vagas no ensino médio, fator que termina por deslocar a centralidade dos problemas a serem enfrentados para outras frentes de atuação, delineadas nos próximos parágrafos (OLIVEIRA, 2007).

Cabe ressaltar que para Oliveira (2007) houve uma perda do significado usualmente atribuído ao ensino fundamental como controlador da demanda para alcançar níveis maiores de estudo. Assim, é necessário compreender que a universalização do ensino fundamental gerou novas pressões sobre os investimentos públicos na área e, acima disso, suscitou discussões acerca da qualidade do ensino, a qual exerce impacto em nada desprezível sobre a desigualdade entre os estudantes, dentre os quais são mais afetados os pobres, negros e rapazes. Para Arelaro (2005), deve-se ainda conceder especial atenção ao progressivo fluxo de municipalização do ensino fundamental no Brasil, o qual teria ocorrido sem que os municípios – vítimas de um processo de urbanização descoordenado – dispusessem da infraestrutura financeira adequada para lidar com tais responsabilidades; assim, o sistema educacional passa a se deparar com a criação de importantes gargalos para seu desenvolvimento qualitativo.

Aliado a tal movimento, atenta-se para uma priorização da quantidade de alunos matriculados devido à preocupação com as estatísticas educacionais brasileiras, o que termina por relegar a qualidade do ensino ao segundo plano. Arelaro (2005, p. 1056) critica ainda a padronização imposta ao quadro burocrático das instituições de ensino, isto é, professores, decorrente das pressões pela manutenção de altas taxas de alunos matriculados:

“O saber-fazer, sem discussão do porquê de fazer, e admitindo que ‘todos precisam da mesma (in)formação’, tem sido apresentado como ‘realidade necessária’ ao país, e considerado posição democrática, pois economiza ‘tempo’, já que é mais rápido, pois não precisa discutir com muita gente; economiza recursos financeiros, porque se pode ‘imprimir’ um número maior de manuais e orientações a serem adotados por um maior número de docentes (ainda que de estados com culturas, histórias e curiosidades diferentes); é mais eficiente, pois se consegue ‘quantificar’ a dedicação do professor ao ensino; e é eficaz, pois quem não concorda é dispensado, ‘constrangido’ ou punido, em termos salariais.”

Nessa seção, portanto, buscou-se por meio de estudos identificar fatores socioeconômicos e sua relação com o que é denominado pela análise do Ministério da Educação (MEC) como o rendimento dos alunos – que representa o resultado das políticas educacionais por meio das taxas de conclusão, reprovação e abandono dos alunos. Recapitulando o argumento inicial, o objetivo foi promover uma reflexão de como a vulnerabilidade social, à luz das estruturas burocráticas, afeta o desempenho escolar. O foco é dado ao ensino fundamental – selecionado por sua relevância para um panorama da educação brasileira em perspectiva histórica, conforme elucidado pelos autores supracitados.

Cabe denotar ainda que uma das hipóteses teóricas importantes para o presente estudo, reforçada em vários países ao longo de períodos distintos (SOARES; ALVES, 2013), é que existe uma correlação entre o desempenho escolar e o perfil social, econômico

e cultural dos alunos. Dessa forma, a hipótese central a ser testada pelo presente estudo segue a mesma linha mencionada.

3.2 A construção do Inse como indicador correlacional

Com o objetivo de ampliar o escopo desse monitoramento para além dos indicadores de avaliação institucional e pensando no perfil do alunado, foi configurado o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) das escolas de educação básica do país, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb).

O MEC utilizou para a construção do Inse informações sobre a escolaridade dos pais e a renda da família, agregadas em uma única medida de nível socioeconômico, o qual é considerado um constructo que, sintetizado de forma unidimensional, remete às informações supracitadas. Para a construção desse indicador foram empregados os dados dos questionários contextuais dos estudantes, fornecidos pelos microdados disponibilizados pelo Inep referentes ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ambos do ano de 2015. Com sua divulgação descontinuada, o índice encontra-se disponível apenas para o ano de 2015, razão pela qual foram utilizados os dados de rendimento do mesmo ano (disponibilizados de forma contínua) para se criar a correlação que será analisada no presente artigo. Os dados aqui empregados estão disponível para *download* no portal eletrônico do Inep, permitindo assim que os cálculos sejam replicados. Cabe ressaltar ainda que o *software* Stata foi utilizado no estudo em questão para estabelecer as correlações estatísticas apresentadas na próxima seção.

Foi a partir dos dados dos questionários contextuais do Saeb e do Enem que o Inse foi construído. As questões utilizadas dizem respeito à renda familiar, à posse de bens e contratação de serviços de empregados domésticos pela família dos estudantes e ao nível de escolaridade de seus pais ou responsáveis. Por meio de uma análise cluster de método hierárquico, os estudantes foram agrupados em seis níveis ordinais de Inse, com o objetivo de ter uma visão geral do padrão de vida dos alunos situados em cada nível da escala, conforme descrição dos níveis socioeconômicos dos alunos disponibilizada pelo próprio MEC.

No âmbito da escola, o indicador foi criado a partir da média aritmética simples da medida de nível socioeconômico dos alunos; além disso, para construir o Inse médio das escolas, foram consideradas somente as que tinham dez ou mais alunos pertencentes ao universo de referência. Para facilitar a categorização do nível socioeconômico das escolas foram criados, a partir da análise de cluster por método hierárquico, seis grupos, de forma que o Grupo 1 congrega as escolas com Inse médio mais baixo e o Grupo 6 o mais alto. Isso representa que as escolas situadas no Grupo 1 possuem mais alunos encontrados nos níveis mais baixos da escala, ao passo que as que estão no Grupo 6 demonstram que

a concentração de seus discentes está nos níveis mais altos. O indicador proposto pelo MEC foi validado, dentre outras formas, a partir de indicadores de nível socioeconômico construídos com dados de avaliações estaduais.

Nesse sentido, também foi proposto no âmbito do município o Inse médio municipal como a média aritmética simples dos estudantes de escolas do município. Por meio de uma análise de correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para uma amostra de 5.519 municípios comuns entre as bases, observou-se uma forte correlação de 0,89 entre o IDHM-Renda e o Inse médio municipal, dados que corroboram a possível correlação inferida.

3.3 Descrição do modelo empírico

Metodologicamente, a análise em tela utilizou o Inse, que permite identificar a situação socioeconômica das escolas, já que o propósito deste estudo passa pela identificação das estruturas educacionais a fim de verificar como se relacionam com o desempenho dos estudantes por meio do índice de rendimento – que expressa as taxas de aprovação, reprovação e abandono – realizados pelo Inep. O objetivo foi identificar se as desigualdades sociais são de alguma forma condicionadas pelas posições dos públicos atendidos na hierarquia social e refletidas em seu rendimento, procurando identificar ainda quais são esses possíveis condicionantes.

Tais bases foram integradas e correlacionadas para cada escola pertencente à amostra. Foram renomeadas ainda as variáveis – para melhor compreensão – e aplicados modelos de regressão pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários no Stata, *software* estatístico usado para análises econométricas. Foram ainda empregados os dados relativos à aprovação para correlacioná-los às variáveis indicadoras dos seis níveis de Inse. Tem-se portanto o seguinte modelo econométrico, para uma primeira análise:

$$y_t = \beta_0 + \beta_1 D1G1 + \beta_2 D2G2 + \beta_4 D4G4 + \beta_5 D5G5 + \beta_6 D6G6 + \varepsilon \quad (3.1)$$

em que corresponde à taxa de aprovação; representa o termo constante da regressão, isto é, a média sem que haja influência das variáveis dependentes; β_1 a β_6 correspondem aos parâmetros referentes aos grupos G1 a G6, em que estão categorizados os discentes; β_1 a β_6 representam as *dummies* inseridas para captar o efeito exclusivo de determinado grupo sobre a variável dependente; e, por fim, ε simboliza o resíduo da regressão. Cabe ressaltar que o Grupo 3 não aparece na regressão por ser tomado como base comparativa para os demais grupos.

Ademais, aproveita-se no presente estudo a disponibilidade de outra variável na base de dados do MEC, que indica se a escola está situada em zona urbana ou rural, a fim de identificar possíveis impactos da localização na inclusão educacional dos alunos. Dessa maneira, emprega-se para tal análise os modelos abaixo, sendo o último representado por um desdobramento da equação 3.1:

$$y_t = \beta_0 + D1\beta_1 + D2\beta_2 + D3\beta_3 + D4\beta_4 + D5\beta_5 + D6G1urb + D7G2urb + D8G3urb + D9G4urb + D10G5urb + D10Urbana + \varepsilon \quad (3.2)$$

Em que y_t corresponde à taxa de aprovação; β_0 representa o termo constante da regressão, isto é, a média sem que haja influência das variáveis dependentes; β_1 a β_5 correspondem aos grupos em que estão categorizados os discentes; a representam as *dummies* inseridas para captar o efeito exclusivo de determinado grupo; a são *dummies* para captação do efeito exclusivo de estudantes situados em zona urbana dentro de cada grupo; e, por fim, simboliza o resíduo da regressão. Semelhantemente ao que fora observado anteriormente, o Grupo 6 não aparece na regressão por ser tomado como base comparativa para os demais.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Desigualdade socioeconômica e desempenho escolar: evidências estatísticas

O esforço do trabalho a ser analisado na presente seção foi então o de conjugar através de inferências estatísticas os dados de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica, calculados pelo Inse, que representaram as variáveis independentes da análise, com os dados de rendimento disponibilizados por meio do Inep, que representam as variáveis dependentes do modelo. A análise em questão permite estabelecer uma correlação até então não realizada entre tais variáveis, como há de ser exposto a seguir.

A fim de inferir adequadamente as relações entre variáveis para os diferentes grupos de discentes e localidades das escolas, é primeiramente necessário identificar, sob uma perspectiva analítica, a zona geográfica em que estão situadas as escolas da amostra – rural ou urbana –, além da proporção de tais instituições de ensino sob os cuidados do setor público – municipal, estadual ou federal – e privado.

Para isso, uma primeira análise com base nos dados disponibilizados pelo Inep para 2015 revela que a proporção de escolas urbanas é significativamente maior, totalizando 85,89% do total, em relação às rurais, respondendo por 14,11% da amostra. Também é possível identificar pela análise de frequência dos dados no Stata que a maior proporção de escolas de ensino fundamental e médio é municipal, totalizando 54,7% das instituições de ensino, seguidas por um total de 34% de estaduais, ao passo que as particulares representam 10% da amostra e, por fim, as escolas federais totalizam menos de 1% do total. Considerando, portanto, que a maior parte das escolas são urbanas, demonstra-se por inferência estatística a partir de uma regressão linear simples que a probabilidade média de aprovação de um aluno no ensino fundamental em uma escola rural é de 86%, sendo afetada positivamente caso a instituição de ensino esteja localizada em zona urbana,

visto que as chances de tal aluno ser aprovado aumenta em 3,49 pontos percentuais (p.p.); dessa forma, a probabilidade média de aprovação para a amostra chega a 89,9% em contexto urbano, conforme evidenciado pela Tabela 1.

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	P-valor	
Urbana	3,493022	0,1099768	0,000	***
Constante	86,38517	0,1016139	0,000	***
Observações				59.240
R ²				0,0167
R ² ajustado				0,0167
P-valor (F)				0,000

Nota: *** significativo a menos de 1%; ** significativo a menos de 5%; *significativo a menos de 10%.

Tabela 1. Probabilidade de aprovação no ensino fundamental de acordo com a zona da escola.

Fonte: Elaboração própria.

A estimação de uma regressão múltipla a partir da equação 3.1 – com resultados dispostos na Tabela 2 –, introduzindo uma dummy para cada um dos grupos (sendo o Grupo 1 o mais vulnerável socioeconomicamente e o Grupo 6 o correspondente ao mais favorecido socioeconomicamente) demonstra que a probabilidade de um aluno concluir o ensino fundamental é menor quanto menor sua posição na escala dos grupos, ou seja, quanto menos economicamente favorável se encontrar. A probabilidade média de um aluno do Grupo 3 – tomados como base e portanto representados pela constante da equação – concluir o ensino fundamental é de 88%. Essa probabilidade se reduz em 4,26 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 1, que é o mais vulnerável, e em 3,61 p.p. se o aluno fizer parte do Grupo 2; em contrapartida, a probabilidade de aprovação em relação à média do ensino fundamental aumenta em 4,30 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 4 e 7,58 p.p. se ao Grupo 5, atingindo um aumento de 9,70 p.p. se o aluno pertencer ao grupo mais favorecido, a saber, o Grupo 6. Daqui detém-se, portanto, que quanto menor o Inse, menor o rendimento em termos de aprovação, cuja média oscila em torno de 88%.

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	P-valor	
Constante	88,018	0,0562841	0,000	***
Grupo 1	-4,266702	0,1822085	0,000	***
Grupo 2	-3,612236	0,1085372	0,000	***
Grupo 4	4,30972	0,0888301	0,000	***
Grupo 5	7,584219	0,1319309	0,000	***
Grupo 6	9,708757	0,2654929	0,000	***
Observações				59.240
R ²				0,1458

Variáveis	Coeficiente	Erro Padrão	P-valor	
R ² ajustado				0,1457
P-valor (F)				0,000

Nota: *** significativo a menos de 1%; ** significativo a menos de 5%; * significativo a menos de 10%.

Tabela 2. Probabilidade de aprovação em função dos grupos categorizados de estudantes.

Fonte: Elaboração própria.

Prossegue-se então para a estimação do modelo embasado pela equação 3.2, introduzindo uma *dummy* para cada um dos grupos e correlacionando-os com o fato da escola estar instalada em zona urbana ou rural. Tem-se que a probabilidade média de um aluno concluir o ensino fundamental no Grupo 6 é de 99,6% nas escolas rurais, sendo essa probabilidade reduzida em 1,8 p.p. tratando-se de um aluno do Grupo 6 em zona urbana. Tomando o Grupo 6 em ambiente rural como comparação, nota-se que essa probabilidade se reduz em 16 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 1 em zona rural, e em 13,3 p.p. se estudar em região urbana; chega-se então que a probabilidade de aprovação para a classe mais vulnerável de alunos em região urbana corresponde a 83,6%.

Por sua vez, a probabilidade média em relação ao termo de referência é reduzida em 14 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 2 em ambiente rural e, se urbano, em 13,5 p.p.; a probabilidade de aprovação se reduz em 11 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 3 rural, e em 9,7 p.p. em contexto urbano; a probabilidade também se reduz em 11 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 4 rural, e em 8,9 p.p. se urbano; por fim, a probabilidade é reduzida em 7 p.p. se o aluno pertencer ao Grupo 5 rural, e em 3,7 p.p. se o aluno estudar em zona urbana.

Variáveis	Coeficiente	Erro Padrão	P-valor	
Constante	99,60000	5,088247	0,000	***
Grupo 1	-16,04748	5,092133	0,002	***
Grupo 2	-14,34143	5,090442	0,005	***
Grupo 3	-11,07416	5,091216	0,030	**
Grupo 4	-7,440035	5,101344	0,145	
Grupo 5	-5,345207	5,191747	0,303	
G1Urb	2,700205	5,110902	0,597	
G2Urb	0,4913828	5,098432	0,923	
G3Urb	1,31089	5,098179	0,797	
G4Urb	2,052025	5,108427	0,688	
G5Urb	3,243804	5,199623	0,533	

Observações				59.240
R ²				0,1468
R ² ajustado				0,1466
P-valor (F)				0,000

Nota: *** significativo a menos de 1%; ** significativo a menos de 5%; *significativo a menos de 10%.

Tabela 3. Probabilidade de aprovação em função dos grupos, com escola em zona urbana.

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, observa-se que, em todos os extratos, pertencer a um grupo menos favorecido irá implicar necessariamente em um menor rendimento escolar médio; ademais, pertencer a uma escola rural também impacta negativamente o rendimento médio discente no caso observado pela aprovação no ensino fundamental, com exceção do Grupo 6 para zonas rurais, apesar de possuir pouca representatividade pela baixa ocorrência de tal padrão.

4.2 Reflexões sobre a política educacional no Brasil à luz dos paradigmas burocráticos

Resultados congruentes com o observado acima foram logrados por outros autores, os quais foram capazes de verificar uma efetiva ligação entre a desigualdade e a qualidade de ensino. Nesse sentido, Castro (2009) evidencia os expressivos diferenciais nos anos de estudo entre populações urbana e rural, e também entre a população branca e negra, para os quais há uma lacuna média de quatro e dois anos de estudo, respectivamente. O autor, que promove uma categorização de grupos semelhante à empregada no presente trabalho, aponta para a tendência de que os estudantes mais ricos estejam sempre em vantagem para com seus pares mais pobres; cabe ressaltar ainda o impacto geográfico, que demonstra um diferencial significativo entre os grupos.

Em perspectiva similar, o estudo de Medeiros e Oliveira (2013) também advoga a origem social dos estudantes como principal determinante da desigualdade educacional, além de demonstrar o papel desempenhado pelos professores no efeito-resposta fornecido pelas escolas aos alunos, ou seja, “[...] a forma como a origem socioeconômica das crianças afeta sua educação depende de como a escola educa essa criança.” (MEDEIROS, OLIVEIRA; 2013).

Isso posto, os autores concordam que a dimensão da origem mencionada pode ser reduzida por um sistema de ensino que proveja não apenas infraestrutura física, mas também e sobretudo pela ampliação da participação de professores e da população em geral sobre a gestão das instituições de ensino; isso porque é necessária a adaptação das escolas à realidade local, a fim de elevar os padrões de qualidade educacional via estímulo a efeitos-resposta mais positivos, especialmente em regiões mais castigadas pela pobreza.

Nesse sentido, torna-se muito importante a compreensão dos fatores que podem reduzir as distorções observadas no sistema educacional, sobretudo quando comparados o capital cultural, socioeconômico e a zona urbana ou rural em que se estuda, para melhoria da política pública educacional no Brasil. Outrossim, denota-se a necessidade de que as estruturas burocráticas avancem na formulação e implementação de políticas educacionais que tomem em consideração as necessidades específicas dos alunos e da comunidade influenciando no resultado das políticas públicas.

Diante disso, no caso em tela, ao correlacionar o desempenho dos alunos nas políticas de educação com sua origem socioeconômica e a estrutura burocrática, ficou evidente a necessidade de se repensar o papel dos burocratas, em seus diferentes níveis, na implementação e formulação das políticas educacionais, posto que torna-se importante a construção de saberes e valores capazes de intervir nas questões reprodutoras das desigualdades identificadas. O estabelecimento de processos de controle ou *accountability* poderia auxiliar na redução do processo de exclusão identificado em razão do capital socioeconômico e cultural ou até mesmo de termos geográficos.

Nesse sentido, a qualidade advinda da melhor adaptação do ensino às demandas locais dos cidadãos está bem posicionada sob a égide da NGP, a qual possui por princípio norteador a introdução de mecanismos gerenciais pautados sempre na disputa pela melhor performance e pela maior flexibilidade, apoiada por conceitos como os *customer-driven services* de Higson (2017) que, para Simmons, Birchall e Prout (2011), garantem aos cidadãos maior poder de escolha e de voz.

5 | CONCLUSÃO

5.1 Considerações Finais

A análise acima descrita corrobora os resultados encontrados por outros trabalhos, que demonstram que a origem social dos alunos e a inclinação da escola em tratá-los igualmente a despeito dos diferentes níveis desse capital e dos fatores geográficos tendem, em conjunto, a favorecer os estudantes pertencentes aos estratos sociais mais abastados, transfigurando as desigualdades sociais em desigualdades escolares.

Pautando-se pelos estudos citados ao longo do trabalho, é possível verificar uma configuração dos burocratas na estrutura educacional de caráter mais próximo ao tipo ideal weberiano, isto é, uma atuação sobretudo padronizada que busque atender aos estudantes de maneira similar e com escopo bem definido. Tal posicionamento, porém, tende a se revelar pouco capaz de atenuar as desigualdades presentes e já constatadas através das análises estatísticas. É justamente a questão da vulnerabilidade socioeconômica repercutida no desempenho escolar que exige do quadro burocrático escolar – a saber, professores e diretores – uma atuação constrangida pelas necessidades específicas de

cada perfil de estudante.

Cabe ressaltar, contudo, que o simples avanço na oferta personalizada dos serviços públicos a grupos em maior condição de vulnerabilidade não se revela capaz de solucionar por completo o impasse com o qual se depara o sistema educacional brasileiro. Para que haja uma mudança efetiva no potencial de aproveitamento escolar por parte dos determinados grupos de alunos, é necessária uma articulação transversal do poder público com vistas a fomentar o desenvolvimento do capital social nas redes em que estão inseridos os estudantes expostos à vulnerabilidade, posto que suas facetas cultural e socioeconômica são compostas por uma série de insuficiências as quais, por sua vez, transbordam para diversas esferas da vida do indivíduo, sendo o mau aproveitamento escolar apenas uma delas.

Assim, faz-se necessário tomar em consideração o conceito de governança trazido por Peters, que se contrapõe ao paradigma weberiano por seu caráter predominantemente fluido e dinâmico, à medida em que considera os efeitos causados pelos desdobramentos das relações sociais sobre as organizações burocráticas. Nesse sentido, é importante denotar a relevância do modelo de governança para a melhor adaptação da oferta dos serviços públicos em regiões específicas, a exemplo das escolas localizadas em zona rural; assim, uma maior aproximação do corpo burocrático para com as comunidades locais seria capaz de promover melhorias significativas sobre os índices de aprovação em regiões pobres e rurais – desfavorecidos em relação a seus pares em zonas urbanas – mediante um melhor alinhamento em relação às demandas específicas de tais comunidades.

O presente trabalho possibilitou o reconhecimento de uma clara correlação entre a desigualdade socioeconômica e o rendimento escolar no ensino fundamental brasileiro, exibindo ainda o aprofundamento de tais diferenças quando analisado o ambiente geográfico em que está situada a instituição de ensino. Como principal contribuição do artigo, pretende-se que tais informações possam subsidiar a formulação e a implementação de um conjunto de políticas e ações governamentais voltadas a contribuir com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos alunos, bem como com a diminuição das desigualdades sociais e regionais ainda existentes, ao possibilitar que o poder público apoie, de maneira focalizada, as escolas com mais dificuldades. Para pesquisas futuras, sugere-se a concentração de esforços na mensuração do impacto de cada uma das variáveis que influenciam diretamente o rendimento dos estudantes brasileiros, como renda e raça autodeclarada, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. **O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.** Educação e Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1032-1066, out. 2005.

BARZELAY, M. **Breaking Through Bureaucracy: A New Vision for Managing in Government.** Berkeley: University of California Press, 1992.

CASTRO, J. A. **Evolução e desigualdade na educação brasileira**. Educação e Sociedade, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009.

DAHL, R. **The Science of Public Administration: Three Problems**. Public Administration Review, v. 7, n. 1, p. 1-11, 1947.

HIGSON, P. **From customer service to customer-driven services: Practitioner perspectives on a strategy for dealing with local authority austerity budgets**. Local Economy, v. 32, n. 7, p. 778-795, 2017.

MEDEIROS, M. OLIVEIRA, L. F. B. **Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência**. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p. 561-585, mai./ago. 2014.

OLIVEIRA, R. P. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

PETERS, G. **Gobernanza y Burocracia Pública: ¿Nuevas formas de democracia o nuevas formas de control?**. Foro Internacional 182, XLV, v. 4, p. 585-598, 2005.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional**. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 3, p. 7-31, jul./set. 2002.

SIMMONS, R; BIRCHALL, J; PROUT, A. **User involvement in public services: 'Choice about Voice'**. Public Policy and Administration, v. 27, n. 1, p. 3-29, 2012.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. **Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, p. 492-517, mai./ago. 2013.

WEBER, M. **Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal**. In: CAMPOS, E. (Org.). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 16-27.

WEBER, M. **Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. p 7-38.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 9, 294, 297, 308, 309, 310, 311, 312, 316, 317

Acurácia dos dados 103, 144

Agricultura Familiar 9, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 311, 313

Aprendizagem 7, 8, 73, 79, 92, 116, 123, 158, 163, 168, 169, 170, 171, 179, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 238, 265, 266, 267, 268, 276, 277, 279, 291

Avaliação Externa 7, 186, 188, 189, 190, 191, 192

B

Benefícios Previdenciários 8, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262

Bibliométrico 121, 280, 291

Branding 16, 17, 30, 31, 32, 36, 41, 42, 43

Burocracia 8, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 239, 277

C

Capacitação 7, 170, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 200, 250, 269, 270, 271, 272, 273, 274

Celeridade 8, 240, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 269, 278

Cluster 7, 231, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292

Competência 19, 32, 89, 95, 98, 104, 198, 202, 208, 212, 216, 227, 271, 272, 275

Competitividade 64, 86, 89, 94, 98, 115, 116, 122, 129, 150, 174, 180, 192, 280, 281, 282, 287, 289, 291, 293, 294, 297, 298, 305

Conhecimento 5, 7, 8, 16, 19, 32, 42, 53, 57, 60, 63, 67, 79, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 153, 154, 178, 180, 182, 184, 186, 191, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 248, 251, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 290, 309, 316

Consumo de Vestuário 1, 10

Contabilidade 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 119, 146, 147, 148, 270, 273, 283, 291

D

Deral 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307, 308

Desenvolvimento 6, 7, 8, 4, 20, 25, 26, 27, 45, 46, 49, 52, 55, 57, 60, 61, 64, 65, 66, 69, 72, 74, 75, 77, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 99, 100, 101, 105, 115, 116, 117, 121, 122,

123, 124, 126, 150, 154, 155, 172, 176, 178, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 222, 227, 230, 232, 238, 240, 251, 259, 267, 271, 272, 273, 274, 278, 281, 282, 283, 288, 291, 292, 295, 300, 307, 308, 312, 317

Design Gráfico 30

Desigualdade 8, 225, 226, 230, 233, 236, 238, 239, 263, 264

DNA Corporativo 6, 30

Docência 198, 199, 200, 204, 205, 208, 209

E

Economia 8, 9, 31, 34, 45, 50, 72, 79, 80, 85, 87, 100, 119, 129, 131, 132, 164, 253, 254, 255, 256, 260, 263, 264, 271, 290, 291, 293, 294, 296, 297, 298, 302, 306, 307, 308, 311, 316

Eficiência 8, 45, 66, 71, 91, 92, 93, 103, 112, 124, 133, 135, 139, 141, 145, 152, 161, 163, 211, 212, 228, 240, 241, 242, 246, 251, 270, 282, 311

Empoderamento 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 155, 173

Empreendedorismo 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 170, 172, 173, 174, 176, 179, 183, 185, 281

Empreendedorismo Feminino 149, 150, 151, 154, 155, 172, 173, 174

Empresa 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 151, 156, 157, 161, 163, 169, 172, 173, 176, 180, 181, 184, 267, 290, 310, 311

Empresas 6, 12, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 42, 44, 56, 57, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 119, 121, 122, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 144, 145, 146, 147, 152, 156, 157, 163, 171, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 222, 223, 255, 267, 279, 281, 282, 283, 286, 291, 296

Estratégias 5, 6, 12, 16, 17, 25, 30, 31, 36, 40, 42, 52, 56, 63, 64, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 92, 94, 97, 99, 101, 103, 115, 118, 122, 123, 134, 173, 179, 184, 186, 187, 190, 191, 192, 195, 200, 201, 205, 206, 208, 264, 266, 282, 308, 313

G

Gênero 29, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 201, 215, 221, 262

Gestão de Pessoas 6, 86, 88, 89, 95, 99, 101, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 272

Gestão de Processos 265, 267, 275

H

Habilidades 8, 82, 90, 93, 96, 97, 117, 122, 123, 124, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 206, 208, 271, 272, 273

Hortigranjeiros 310, 311, 312, 314

I

Inovação 6, 66, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 152, 153, 155, 173, 174, 181, 198, 200, 208, 213, 242, 275, 279, 280, 282, 287, 288, 289, 290, 291

Instituição 51, 88, 117, 201, 207, 211, 217, 220, 221, 222, 233, 238, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 255, 309, 310, 311, 313, 316

Invisibilidade 6, 44, 45, 53

M

Marketing 2, 5, 6, 2, 12, 14, 15, 32, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 125, 179, 180, 184, 185, 223, 224, 290

Metáfora Contextual 6, 16, 17, 18, 19, 27, 28

Metodologia 6, 5, 16, 19, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 45, 95, 101, 105, 155, 182, 183, 187, 202, 206, 211, 215, 224, 252, 256, 267, 269, 273, 279, 280, 283, 285, 289, 297, 307

Mídias Sociais 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 72, 73

N

Negro(A) 44, 46, 53

P

Perfil do empreendedor 149, 151, 157, 158, 162, 163, 172

Pregão Eletrônico 8, 240, 242, 244, 247, 248, 250, 251

Publicidade 16, 17, 19, 26, 27, 28, 44, 52, 53, 54, 63, 71, 72

R

Recursos Financeiros para a Saúde 102

Rendimento Escolar 48, 236, 238

S





Slow Fashion 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

T

Treinamento 41, 66, 67, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 117, 122, 123, 124, 250, 251, 267, 270, 271, 272, 274, 275

U

Universidade 8, 1, 16, 28, 29, 54, 55, 86, 101, 102, 115, 121, 128, 149, 155, 172, 178, 185, 197, 198, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 221, 224, 240, 251, 253, 264, 280, 293, 307, 308, 309, 317, 318

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS